

Para Arinos, anteprojeto faz falta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), atribuiu o "estado de confusão geral em que estão os constituintes, a imprensa e a opinião pública" à falta de um anteprojeto de Constituição, que deveria ter sido apresentado preliminarmente à Assembleia Nacional Constituinte. Outro erro básico que prejudica a elaboração do texto da futura Carta, segundo Arinos, é ausência de discussão sobre a "arquitetura jurídica".

Afonso Arinos disse que foi a discordância pessoal do presidente José Sarney — presidencialista — que o levou a rejeitar o anteprojeto da Comissão de Estudos Constitucionais, também chamada Comissão Afonso Arinos, por defender previamente o sistema parlamentarista de governo.

Arinos revelou que vai ocupar a tribuna da Constituinte, no dia 11, para denunciar o outro erro, a falta da "arquitetura jurídica" que deverá ter a futura Constituição. O jurista destacou que a discussão com base em temas, como acontecerá a partir de quarta-feira em sessões extraordinárias noturnas, contribuirá mais objetivamente para a Constituição.



Alecar Monteiro

Segundo Arinos, falta também "arquitetura jurídica"

Pela primeira vez, desde que foi eleito para o cargo, o presidente da Comissão de Sistematização convocou ontem a imprensa para divulgar o cronograma por ele traçado para os

trabalhos da Comissão de Sistematização, principalmente com relação às emendas populares, que aos poucos chegam à Assembleia Nacional Constituinte.

A Sistematização marcou para de 25 a 30 de agosto o prazo para que um representante de cada grupo de 30 mil cidadãos possa fazer a defesa, no plenário da comissão, de cada uma das emendas populares que serão apresentadas até dia 13. Se esse prazo de cinco dias não bastar, deverá ser ampliado para 8 de setembro. Cada representante terá 20 minutos para defender sua emenda, cabendo ao relator Bernardo Cabral mais 30 minutos para examiná-la.

Afonso Arinos classificou a participação do cidadão na Assembleia Nacional Constituinte de fato inédito e importante na vida política brasileira, mesmo sendo o Brasil uma democracia representativa. Para ele, a apresentação de projetos pelo cidadão é uma coisa, mas bem diferente seria uma democracia participativa. "Geralmente carregada de dramaticidade, quando não de comichão." Ele citou o exemplo da manifestação da União Democrática Ruralista (UDR), na qual "40 mil homens, vestidos de cowboy fizeram aquela passeata na Esplanada dos Ministérios". Para Arinos, a contradição é que 40 mil nunca poderão substituir os deputados e senadores, eleitos num universo de mais de 60 milhões de votos.

Cardoso Alves pode obstruir Constituinte

VALE DO PARAÍBA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) disse ontem que pretende liderar uma campanha para obstruir os trabalhos da Constituinte "até que todos sejam favoráveis a uma maior representatividade dos eleitores no Congresso Nacional". Ele ressaltou que São Paulo, responsável por quase metade do PIB nacional, tem uma bancada parlamentar proporcionalmente muito menor do que os outros estados. Isso, em sua opinião, cria situações absurdas: "Um cidadão que sai do Nordeste e vem para São Paulo vale menos aqui do que lá". Cardoso Alves citou como exemplo o caso do Acre, que tem 135 mil eleitores e elegeu oito deputados. Em São Paulo, para ser eleito, o deputado precisa de, no mínimo, 270 mil votos. "O que quer dizer, enquanto o Acre, com 135 mil votos, elege oito deputados, em São Paulo, o dobro elege apenas um representante".

Reunido com prefeitos do Vale do Paraíba, Roberto Cardoso Alves criticou também os setores de seu partido que atacam o governo federal: "A esquerda negativa do PMDB

desestabiliza o processo de transição e está influenciando mais do que deveria na Constituinte". Para compensar as iniciativas desses grupos, o deputado revelou que está conversando com o PTB, "que votou em Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral, para que apóie o governo". Essas negociações, segundo ele, vão vigorar a Aliança Democrática, pois será formado um bloco suprapartidário de maioria moderada, "que é bem mais pacífico que a esquerda minoritária".

O deputado denunciou que o comando da Constituinte "pertence ao centro, mas o ritmo dos trabalhos é ditado pela esquerda, que tem mais esperteza do que nós". O fortalecimento do apoio ao presidente Sarney foi justificado por Cardoso Alves no fato de "a maioria dos parlamentares não querer uma Constituição socialista". Sobre o retorno do Brasil ao FMI, ele disse que "a maioria moderada do PMDB é favorável, embora a esquerda toda se assanhe quando ouve falar no Fundo". Ele contestou ainda a tese de que a política determinada pelo FMI provocará recessão no Brasil. E indagou: "Por acaso, sem estarmos no FMI, o nosso salário já não é o mais baixo do mundo?"

Em debate garantia no emprego

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, informou a um grupo de constituintes, reunido na noite de quinta-feira na residência oficial do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que estão avançados os entendimentos seus com empresários e trabalhadores em torno de uma fórmula de garantia de emprego que substitua a exigência da estabilidade do trabalhador no emprego.

Pazzianotto, como a maioria dos participantes da reunião-jantar — os líderes do PMDB Mário Covas (na Constituinte), Fernando Henrique Cardoso (Senado) e Luiz Henrique (Câmara), e o relator e o presidente da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e senador Afonso Arinos (PFL/RJ) — considera que a implantação da estabilidade representaria altíssima rotatividade de mão-de-obra. Com a estabilidade, considero Afonso Arinos, nenhum empregado chegaria aos 90 dias de trabalho.

Para a reunião da casa de Ulysses, o relator Bernardo Cabral levou um trabalho sobre o projeto de Constituição / está em processo de recebimento de emendas até dia 13 de agosto — do qual ele retirou dispositivos que considera não serem matéria constitucional, embora tenha deixado os temas polêmicos. Cabral informou que a retirada de matéria constitucional representa queda

de cerca de 100 emendas, o que encurtaria o atual texto do projeto de Constituição para aproximadamente 390 artigos. O projeto, como está tem 496 artigos.

A reunião de quinta-feira serviu segundo interpretação de Afonso Arinos, para uma radiografia da Constituinte e discussão dos seus temas mais polêmicos, como a da estabilidade sobre o qual os parlamentares ouviram exposição do ministro Almir Pazzianotto.

Ele fora encarregado — numa outra reunião há duas semanas — de levar aos trabalhadores e empresários a discussão de uma forma alternativa de garantia de emprego para substituir a estabilidade de 90 dias de trabalho, como está proposto no capítulo da ordem social do projeto de Constituição.

Outro tema que o grupo considerou como improvável de figurar na futura constituição foi o da anistia para os militares que foram punidos pelos governos revolucionários. A maioria considerou que uma anistia como está sendo proposta no projeto de Constituição representaria desnecessário confronto da Constituinte com as Forças Armadas, quando se sabe que o governo não tem condições de ressarcir completamente os militares punidos. A anistia, frisaram, pode causar grave problema na estrutura da hierarquia militar.

No geral, a reunião serviu, segundo Afonso Arinos, para definir que os

temas polêmicos serão tratados de forma homogênea pelos líderes ali presentes — Luiz Henrique, Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas. Essa estratégia visa conseguir acordos de lideranças que possam facilitar as votações, que serão sempre complicadas, na previsão do presidente da Comissão de Sistematização. Para aprofundar a discussão e delimitar como será o procedimento dos líderes na condução dos temas polêmicos, nova reunião ficou marcada para o dia 10, às 10 horas, no gabinete de Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados.

Quanto ao sistema de governo, segundo Afonso Arinos, a reunião de quinta-feira à noite teve clara inclinação pelo parlamentarismo, mas eles não chegaram nem a tocar na questão na duração do mandato presidencial.

Para o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, a conversa "foi longa e frutífera", tendo havido boa repercussão à sua iniciativa de retirar do texto do projeto de Constituição tudo aquilo que não é matéria constitucional. Esse trabalho deverá orientá-lo, mais tarde, na elaboração do substitutivo, que terá de concluir até o dia 23 de agosto.

Bernardo Cabral disse que não está preocupado com a atuação de diferentes grupos suprapartidários que vêm se reunindo para discutir o projeto de Constituição ou para apresentar, em conjunto, blocos de emendas.

'Serão apenas 300 artigos'

BELO HORIZONTE
AGÊNCIA ESTADO

O substitutivo ao anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização tratará apenas de preceitos essencialmente constitucionais, deixando o resto para a legislação ordinária. O relator Bernardo Cabral, autor do novo texto, revelou ontem, em Belo Horizonte, que seu trabalho terá 300 artigos, no máximo. Entre eles, não deverá estar o benefício da anistia ampla e irrestrita aos militares. Cabral admitiu que o dispositivo, da forma como foi apresentado no anteprojeto da Sistematização, é simplesmente inviável. Ele tem a mesma opinião sobre a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho, que devem ser tratadas pela lei ordinária.

Sobre o mandato do presidente Sarney, o relator reiterou que a questão deve ser definida nas disposições transitórias da nova Constituição. A discussão sobre o assunto, segundo Bernardo Cabral, não tem prejudicado os trabalhos da Constituinte, "mas apenas interferido". A criação de novos estados não tem o apoio do relator, que se referiu principalmente ao Estado Triângulo, lembrando que a quase totalidade dos parlamentares mineiros também é contra a proposta. "Eu não posso desprezar uma maioria esmagadora, e este é um caso inverso do que ocorre em Goiás, onde todo mundo já se manifestou a favor da criação do novo estado."

Monarquistas levam 30 mil assinaturas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Uma emenda popular, com mais de 30 mil assinaturas, e patrocinada por três entidades oficialmente reconhecidas, além de várias sociedades de bairros, vai propor à Assembleia Nacional Constituinte a realização de um plebiscito para definir o sistema de governo a ser adotado na futura Constituição: se presidencialista (como hoje), parlamentarista republicano ou parlamentarista monárquico.

A informação foi dada, ontem, pelo deputado Cunha Bueno (PDS-SP), por meio de uma nota à imprensa, afirmando que essa emenda popular é "uma importante adesão à tese de realização de plebiscito sobre o sistema de governo". Cunha Bueno já apresentou duas vezes uma mesma emenda com o mesmo objetivo de realização do plebiscito, mas o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) nem as levou em consideração.

A proposta popular fixa a data de 15 de novembro de 1993 para que o povo defina, através de um plebiscito, o sistema de governo. A emenda popular tem um parágrafo que estabelece: "Será assegurada a livre expressão, e por tempo determinado, dos interessados na divulgação de cada um destes sistemas (presidencialismo, parlamentarismo republicano e parlamentarismo monárquico), através dos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público".

A proposta popular conta com o apoio de Cunha Bueno e de entidades monárquicas como o Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos (do Rio Grande do Sul), Instituto de Pesquisas Monárquicas do Rio de Janeiro e Centro Monárquico de São Paulo e Belo Horizonte.

Xiitas, estrelas no programa na TV

O deputado Ricardo Izar (PFL-SP) enviou ofício a Ulysses Guimarães condenando os critérios usados na escolha dos parlamentares que aparecem no Diário da Constituinte, programa transmitido diariamente pela televisão sobre os trabalhos constituintes. Num levantamento feito por vários dias, ele mostrou que cerca de 90% dos entrevistados são radicais xiitas. Izar observou que a parcialidade dos produtores do programa dá a falsa imagem à população de que apenas os xiitas estão atuando na Constituinte. E o pior, em sua opinião, é que os fatos são colocados de tal forma que os radicais são apresentados como autênticos democratas.

A mesma queixa foi feita pelo deputado Antônio Salim Curíati (PDS-SP), para quem o Diário da Constituinte está sendo manipulado sem o conhecimento de Ulysses Guimarães para dar projeção aos xiitas. Curíati insinuou que o objetivo da manobra é divulgar os nomes dos que pretendem disputar as eleições para prefeito no próximo ano, sem nenhuma intenção de permanecerem no Congresso.



Deputados não querem plebiscito

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O II Congresso Nacional de Deputados Estaduais Constituintes votou, no primeiro dia de debate, a idéia de um plebiscito para decidir sobre a forma de governo a ser adotada. Os deputados consideram que a população não tem experiências política de parlamentarismo para decidir sobre isso, mas eles mesmos escolheram esse regime, ainda que por apenas 20 a 5. Dos 60 parlamentares de 15 estados, nem

todos votaram. A participar das longas plenárias, muitos preferiram ver a atriz Sônia Braga, também hospedada no Hotel Copacabana Palace, ensaiar cenas de seu próximo filme. Outra opção dos parlamentares, além de parlamentarismo e Sônia Braga, foi quatro anos de mandato para o presidente José Sarney.

O constituinte que defendeu o parlamentarismo foi o senador José Fogaça (PMDB-RS), que vinculou o outro sistema em jogo ao mi-

litarismo: "Vivemos 98 anos de presidencialismo e foram 98 anos de militarismo", destacou o senador gaúcho. Ele também acusou o presidencialismo de responsável pela criação de lobbies (grupos de pressão) em favor da centralização do poder. Quem mais bem justificou o voto para o mandato de quatro anos — pelo menos muito aplaudido — foi o senador Pompeu de Souza: "Sou amigo de Sarney há 30 anos, mas há 71 sou amigo do povo brasileiro".